



Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão
Subsecretaria de Planejamento
Departamento de Planejamento Governamental
Divisão de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas

**Resultados da pesquisa de acompanhamento
dos egressos da Educação Profissional da rede
estadual do Rio Grande do Sul
- Relatório Técnico -**

Porto Alegre, maio de 2026.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Gabriel Souza

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO (SPGG)

Secretária: Danielle Santos Calazans

Secretário Adjunto: Felipe Cruzeiro

Subsecretária de Planejamento: Carolina Mór Scarparo

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL (DEPLAN)

Diretora: Luciana Dal Forno Gianluppi

Diretora Adjunta: Laurie Fofonka Cunha

DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (DIAP)

Coordenação: Juliana Feliciati Hoffmann

Equipe Técnica: Augusto Albineli de Souza Tonial, Carina Ribas Fürstenau e Fernanda Rodrigues Vargas

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (SEDUC)

Secretária: Raquel Teixeira

Secretária Adjunta: Stefanie Eskereski

Diretora Geral: Iracema Castelo Branco

SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (SUEPRO)

Superintendente da Educação Profissional: Tomás Marques de Hollanda Collier

Superintendente Adjunta: Raquel Padilha da Silva

Equipe Técnica: Maria Alice da Rocha Piazza e Volnei Ferreira Pereira

ESTATÍSTICA RESPONSÁVEL:

Fernanda Rodrigues Vargas - CONRE 10042

Sumário

Introdução.....	4
Metodologia.....	6
Base de dados	6
Descrição dos Indicadores	7
Resultados	10
Perfil dos Egressos	10
Resultados Gerais.....	13
Resultados por Modalidade de Oferta.....	17
Resultados por Sexo e Raça/Cor.....	24
Considerações Finais.....	30
Referências	33
Apêndices.....	39

Introdução

Este relatório apresenta os principais resultados da pesquisa sobre os egressos da Educação Profissional da rede estadual do Rio Grande do Sul que concluíram seus cursos entre 2013 e 2017. A iniciativa dialoga com a trajetória histórica do estado na formação para o trabalho — marcada pelo pioneirismo gaúcho desde o início do século XX, com a criação do Instituto Parobé — e expressa o compromisso institucional com o acompanhamento e a qualificação contínua da política pública de Educação Profissional. A pesquisa concentra-se nos estudantes do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio e do Ensino Técnico Subsequente ou Concomitante, com o objetivo de caracterizar seu perfil e analisar sua inserção no mercado de trabalho formal, com base na integração de bases administrativas.

O universo analisado compreende 39.112 concluintes no período. Desses, 35.113 foram localizados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o que permite acompanhar sua trajetória no emprego formal. A análise contempla a diversidade da oferta formativa da rede estadual, organizada em diferentes eixos tecnológicos, permitindo identificar padrões diferenciados de perfil e de inserção ocupacional entre os concluintes das distintas áreas de formação. Essa abordagem contribui para o aperfeiçoamento contínuo da política pública e para o fortalecimento das estratégias de articulação entre formação técnica e mundo do trabalho.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) encontra respaldo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que estabelece sua integração aos diferentes níveis e modalidades de ensino e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia (art. 39). Seu caráter de verticalização permite sua atuação desde a formação inicial e continuada até a oferta de cursos técnicos articulados ao ensino médio ou subsequentes a este. Conforme destacam Lorenzet et al. (2020), a EPT constitui historicamente um espaço de articulação entre trabalho e educação, permanentemente influenciado pelas transformações do modo produtivo e pelos desafios do desenvolvimento econômico.

No âmbito estadual, a Lei nº 16.089, de 10 de janeiro de 2024, que institui a Política Estadual de Educação Profissional e Técnica do Estado do Rio Grande do Sul, reforça a centralidade da Educação Profissional como estratégia de desenvolvimento social e econômico. Entre as diretrizes previstas na legislação, destaca-se o monitoramento da qualidade da inclusão produtiva proporcionada pela Educação

Profissional e Técnica, por meio do acompanhamento dos alunos egressos, da empregabilidade gerada e de outros indicadores relacionados, bem como a elaboração e implementação de ações de monitoramento e avaliação correlatas à Educação Profissional. Nesse contexto, o presente relatório constitui um instrumento estratégico para subsidiar a gestão, o planejamento e o aprimoramento das políticas públicas estaduais voltadas à formação técnica e à inserção qualificada no mundo do trabalho.

No contexto contemporâneo, a agenda de inclusão produtiva reforça a centralidade do trabalho e da geração de renda como fundamentos para a superação da exclusão social (Vahdat, 2019). Essa discussão ganha relevância diante das transformações recentes do mercado de trabalho brasileiro. A última década foi marcada por crises econômicas e sanitárias que afetaram de forma significativa as juventudes, com taxas de desocupação superiores às das demais faixas etárias e maior vulnerabilidade entre mulheres, jovens negros e pessoas com menor escolaridade (Itaú Educação e Trabalho, 2023).

Para além do desemprego, a informalidade constitui um desafio estrutural. Entre 2016 e 2022, as taxas permaneceram elevadas, com maior incidência entre a população negra, especialmente mulheres negras (IPEA, 2024)¹. Mesmo com recuo recente, 38,3% dos trabalhadores brasileiros encontravam-se na informalidade no trimestre encerrado em janeiro de 2025 (IBGE, 2025)². Esses indicadores evidenciam que a ampliação de oportunidades de inserção formal e qualificada permanece como agenda estratégica para as políticas públicas de formação profissional.

O relatório está organizado em três seções, além desta introdução. A seção de Metodologia descreve as bases de dados utilizadas e os procedimentos adotados para a análise das informações. Em seguida, a seção de Resultados apresenta os principais achados relativos ao perfil dos egressos e à sua inserção no mercado de trabalho formal, com estratificação por modalidade de oferta e por sexo e raça/cor. Por fim, as Considerações Finais retomam e analisam os resultados à luz do contexto institucional e socioeconômico, destacando as implicações para o aprimoramento da política estadual de Educação Profissional.

¹ Informação disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/mercado-de-trabalho/desemprego-informalidade-subutilizacao-e-inatividade/apresentacao>>. Acesso em: 23/01/2026.

² Para mais informações acesse: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-02/informalidade-recua-no-mercado-de-trabalho-em-janeiro-diz-ibge>>. Acesso em: 28/01/2026.

Metodologia

Base de Dados

A base de dados dos estudantes que concluíram os cursos de formação técnica ou profissional oferecidos pela Superintendência da Educação Profissional (SUEPRO) do Rio Grande do Sul, integrante da Secretaria de Estado da Educação, continha, ao todo, 40.394 registros, referentes ao período de 2013 a 2017. Os dados são oriundos do Sistema de Gestão da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul (ISE). Após o tratamento da base, com a identificação e exclusão de duplicidades, o conjunto de dados utilizado nas análises descritivas passou a conter 39.112 alunos.

Considerando o objetivo de acompanhar a trajetória dos egressos no mercado de trabalho, realizou-se, neste estudo, a busca por informações socioeconômicas na base estatística da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), gerenciada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Para isso, foram utilizados o nome completo, a data de nascimento e o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) dos egressos.

Durante a preparação dos dados da SUEPRO, identificaram-se registros com informações faltantes, como data de nascimento, CPF e raça/cor. Posteriormente, foi realizada a pesquisa dos egressos na RAIS, na qual foram localizados 35.113 registros para a região Sul. O restante (3.999) ou estava fora da região ou não foi localizado, seja por não constar na base de dados da RAIS ou por inconsistências nos dados que inviabilizaram sua busca.

A característica raça/cor constituiu um recorte importante do estudo; entretanto, a categoria “raça não declarada” representava mais de 30% dos registros. Diante disso, realizou-se a imputação do dado com base nas informações da RAIS, para o período de 2010 a 2023, sendo possível recuperar 99% dos casos.

Importante salientar que, na seção de Resultados, na parte que trata da análise do perfil dos egressos, foi considerado o total de 39.112 egressos formados. Para o cálculo dos indicadores, que serão descritos na sequência, considerou-se o quantitativo de 35.113 egressos, encontrado na RAIS, levando-se em conta o período de até cinco anos após a formação. Todas as análises estatísticas foram executadas no software R, que é um programa de código livre.

Descrição dos Indicadores

Com a finalidade de entender a trajetória dos egressos no mercado de trabalho, considerando diferentes dimensões, como participação no mercado de trabalho formal, remuneração, evolução do grau de instrução, relação entre formação e ocupação e características dos vínculos de trabalho, foram propostos sete indicadores de resultado. Na Tabela 1, apresentam-se os indicadores utilizados e suas respectivas unidades de medida; na sequência, é descrita a forma de cálculo de cada um deles.

Tabela 1 - Indicadores de resultado e unidades medida

Indicadores	Unidade de medida
Proporção de egressos dos cursos que estão no mercado de trabalho formal independente do vínculo	%
Proporção de vínculos no período	%
Soma do tempo no emprego para todos os vínculos no período	Dias
Proporção dos tipos de vínculos empregatícios no período	%
Remuneração média do trabalhador do ano	Salários mínimos
Percentual de egressos com melhora escolarização	%
Percentual da relação do curso com o CBO do vínculo período	%

Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao indicador “Proporção de egressos dos cursos que estão no mercado de trabalho formal independente do vínculo”, o cálculo do indicador envolve a razão entre o número de egressos que no tempo t à formação do curso estavam no mercado de trabalho formal, independentemente de, ao final do ano analisado, possuírem vínculo ativo ou não, e o número total de egressos do estudo. Por exemplo, considerando que o ano de formação dos egressos seja 2013, obtêm-se sete valores para o indicador, com a variação do quantitativo de egressos no numerador do tempo t , mantendo no denominador o total de egressos (39.112).

Neste estudo, o tempo t corresponde ao ano anterior, ao ano de formação e aos cinco anos posteriores, tendo como referência a conclusão do curso.

Já o indicador “Proporção de vínculos no período” é a contagem da quantidade de vínculos que os egressos possuíam no tempo t à formação do curso pelo número total de alunos egressos no mercado de trabalho formal (35.113). Por exemplo, para o ano de formação dos egressos em 2013, foram obtidos sete valores, com a quantidade de vínculos desses alunos no numerador para cada tempo t , mantendo no denominador o total de egressos no mercado de trabalho formal.

O indicador “Soma do tempo no emprego para todos os vínculos no período” mede o tempo médio total (em dias) no emprego formal para o tempo t à formação do curso, para os egressos. Para os egressos formados em 2016, calcula-se o tempo médio em dias que estiveram no emprego para cada tempo t , independentemente de o vínculo estar ativo no final do ano considerado.

A “Proporção dos tipos de vínculos empregatícios” trata da contagem dos tipos de vínculos empregatícios ou das relações de emprego dos egressos considerando, o tempo t à formação do curso pelo número total de vínculos no período específico. O egresso pode possuir dois ou mais vínculos com o mesmo empregador ou com empregadores diferentes.

Na base de dados da RAIS há dezenove tipos de vínculos empregatícios ou relações de emprego. Com a finalidade de reduzir o número de categorias foi proposta uma agregação em quatro categorias: (1) Trabalho por prazo indeterminado; (2) Servidor público; (3) Regime de trabalho especial; e (4) Trabalho por prazo determinado/temporário (ver Apêndice A)³. Por exemplo, para o ano de 2015 foi feita a contagem dos tipos de vínculos empregatícios e realizada a agregação nas quatro novas categorias. Posteriormente calcularam-se as proporções para cada uma das categorias, considerando o total no tempo t .

Para o indicador “Remuneração média do trabalhador do ano” foi calculada a média aritmética ponderada da remuneração média, em salários mínimos, para o tempo t à formação do curso. A ponderação utilizada foi o número de meses do egresso no emprego.

Já o “Percentual de egressos com avanço educacional” trata do percentual dos egressos que avançaram na escolarização após a formação, até cinco anos após sua conclusão. O cálculo envolve a razão entre o número de egressos que evoluíram nos estudos e o número total de egressos no mercado de trabalho formal.

³ No Apêndice A são apresentadas as quatro categorias propostas com as respectivas categorias originais da RAIS.

E, por fim, a construção do indicador “Percentual da relação do curso com a CBO do vínculo período” envolve a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), que identifica as ocupações no mercado de trabalho, e a classificação CBO associada ao respectivo curso técnico, estabelecida pela equipe técnica da Suepro. O cálculo é a razão entre o número de egressos cuja área de atuação corresponde à ocupação CBO relacionada ao curso de formação pelo número de egressos no mercado de trabalho formal.

Resultados

Perfil dos Egressos

A base de dados dos egressos dos cursos profissionalizantes oferecidos pela Superintendência da Educação Profissional (SUEPRO/SEDUC) do Estado do Rio Grande do Sul, para os anos de 2013 a 2017, contém registros de 39.112 alunos inscritos nos cursos, distribuídos conforme a tabela abaixo.

Tabela 2 - Número de alunos inscritos nos cursos por ano (2013-2017)

2013	2014	2015	2016	2017
6434	7510	7711	8832	9907

Fonte: ISE/Seduc RS, 2013-2017

Nota: O aluno por ter concluído mais de um curso no período.

Na Tabela 2, observa-se um aumento do número de alunos nos cursos ofertados ao longo dos anos; de 2013 a 2017, o incremento foi de 54%. Considerando que o aluno pode ter realizado mais de um curso, a soma do quantitativo da tabela acima pode superar o número de alunos inscritos nos cursos. A maioria dos alunos realizou apenas um curso (96,8%), enquanto 3,2% fizeram dois ou três cursos profissionalizantes.

O perfil dos alunos egressos será analisado ao longo desta seção. O sexo feminino representa a maioria dos alunos (64,8%), característica que também se mantém quando a análise é desagregada por raça/cor. A proporção de alunos de raça/cor branca é a mais representativa (87,2%), conforme Tabela 3.

Quando as informações são estratificadas por raça/cor, observa-se que, para o sexo feminino, mais da metade das alunas é de raça/cor branca (56%), enquanto as categorias preta e parda, somadas, representam 8,5%. Entre os alunos do sexo masculino, a raça/cor branca também predomina (31,2%) e o percentual de pretos e pardos (3,8%) é inferior ao observado entre as mulheres. As categorias de raça/cor amarela e indígena apresentam os menores valores para ambos os sexos, com percentuais residuais (inferiores a 0,3%).

Adicionalmente, observa-se uma forte concentração de egressos na raça/cor branca em ambos os sexos, com baixa representatividade relativa das demais categorias, o que indica baixa diversidade racial no conjunto analisado.

Tabela 3 - Distribuição percentual dos alunos egressos por sexo e raça/cor

Sexo	Branca (%)	Preta (%)	Parda (%)	Amarela (%)	Indígena (%)	Total
Feminino	56,0	4,3	4,2	0,1	0,2	64,8
Masculino	31,2	1,8	2,0	0,1	0,1	35,2
Total	87,2	6,1	6,2	0,2	0,3	100,0

Fonte: ISE/Seduc RS, 2013-2017

Conforme pode ser visualizado na Tabela 4, a idade média dos alunos egressos foi de 33 anos, valor que se mantém para ambos os sexos. Observa-se que alunos de raça/cor preta, independentemente do sexo, apresentam a maior idade média (35 anos). Já a menor idade foi verificada entre indígenas do sexo feminino (30 anos).

Tabela 4 - Idade média dos alunos egressos por sexo e raça/cor

Sexo	Branca (anos)	Preta (anos)	Parda (anos)	Amarela (anos)	Indígena (anos)	Total (anos)
Feminino	33	35	33	34	30	33
Masculino	32	35	33	33	34	33
Total	33	35	33	33	31	33

Fonte: ISE/Seduc RS, 2013-2017

Os cursos ofertados são distribuídos por eixos, conforme apresentados na Tabela 5. Ao analisar o perfil dos egressos por eixo, considerando o sexo, identifica-se que o eixo *Normal* é predominantemente feminino, enquanto os eixos *Controle e Processos Industriais* e *Recursos Naturais* apresentam predominância masculina. O eixo comum entre os sexos é o de *Gestão e Negócios*, que concentra a maior participação relativa de alunos.

Observa-se, ainda, que o eixo com a menor idade média é o de *Recursos Naturais* (28 anos), enquanto o de maior idade média é o de *Turismo, Hospitalidade e Lazer* (45 anos).

Tabela 5 - Distribuição percentual dos alunos egressos por eixo, segundo sexo e idade média

Eixo	Feminino (%)	Masculino (%)	Idade média (anos)
Ambiente e Saúde	7,0	2,7	40
Controle e Processos Industriais	1,4	25,1	34
Desenvolvimento Educacional e Social	0,6	0,2	38
Gestão e Negócios	39,8	26,8	34
Informação e Comunicação	2,2	9,3	31
Infraestrutura	1,2	4,5	37
Normal	41,6	4,3	32
Produção Alimentícia	0,1	0,1	37
Produção Cultural e Design	1,3	1,0	31
Produção Industrial	0,4	1,2	31
Recursos Naturais	3,8	24,1	28
Segurança	0,5	0,8	40
Turismo, Hospitalidade e Lazer	0,1	0,1	45

Fonte: ISE/Seduc RS, 2013-2017

A oferta dos cursos engloba dois tipos de modalidades, integrado e subsequente ou concomitante⁴, distribuídas em eixos. A Tabela 6 apresenta os percentuais para cada modalidade separadamente. O eixo *Normal* apresenta o maior percentual na modalidade integrado (58,3%), seguido pelos eixos *Recursos Naturais* (16,7%) e *Gestão e Negócios* (10,8%). Para a modalidade subsequente ou concomitante, o eixo *Gestão e Negócios* concentra a maior participação (46,5%), seguido pelos eixos *Normal* (15,1%) e *Controle e Processos Industriais* (11,5%).

Observa-se, portanto, uma forte concentração da oferta integrada no eixo *Normal*, enquanto a modalidade concomitante/subsequente apresenta maior diversificação, com destaque para o eixo *Gestão e Negócios*.

⁴ O Curso Técnico Integrado refere-se à modalidade em que a formação técnica é integrada ao Ensino Médio regular, com ingresso após o Ensino Fundamental, garantindo ao final dupla certificação (Ensino Médio e habilitação técnica). Cursos Técnicos Subsequente ou Concomitante correspondem às modalidades não integradas ao Ensino Médio, realizadas simultaneamente à sua oferta ou após sua conclusão, nas quais o estudante obtém certificação técnica com foco na qualificação profissional.

Tabela 6 - Distribuição percentual dos alunos egressos por eixo, segundo modalidade

Eixo	Integrado (%)	Subsequente ou Concomitante (%)
Ambiente e Saúde	0,6	7,8
Controle e Processos Industriais	5,4	11,5
Desenvolvimento Educacional e Social	-	0,7
Gestão e Negócios	10,8	46,5
Informação e Comunicação	6,3	3,9
Infraestrutura	0,1	3,4
Normal	58,3	15,1
Produção Alimentícia	-	0,1
Produção Cultural e Design	1,0	1,3
Produção Industrial	0,9	0,6
Recursos Naturais	16,7	8,1
Segurança	-	0,8
Turismo, Hospitalidade e Lazer	-	0,2

Fonte: ISE/Seduc RS, 2013-2017

E, por último, a análise por raça/cor mostra que, entre os indígenas, o eixo Normal concentra a maior participação (80,4%), enquanto para as demais categorias de raça/cor, os percentuais situam-se em torno de 25%. O eixo *Gestão e Negócios* é o mais predominante entre as demais categorias, à exceção dos indígenas.

Resultados Gerais

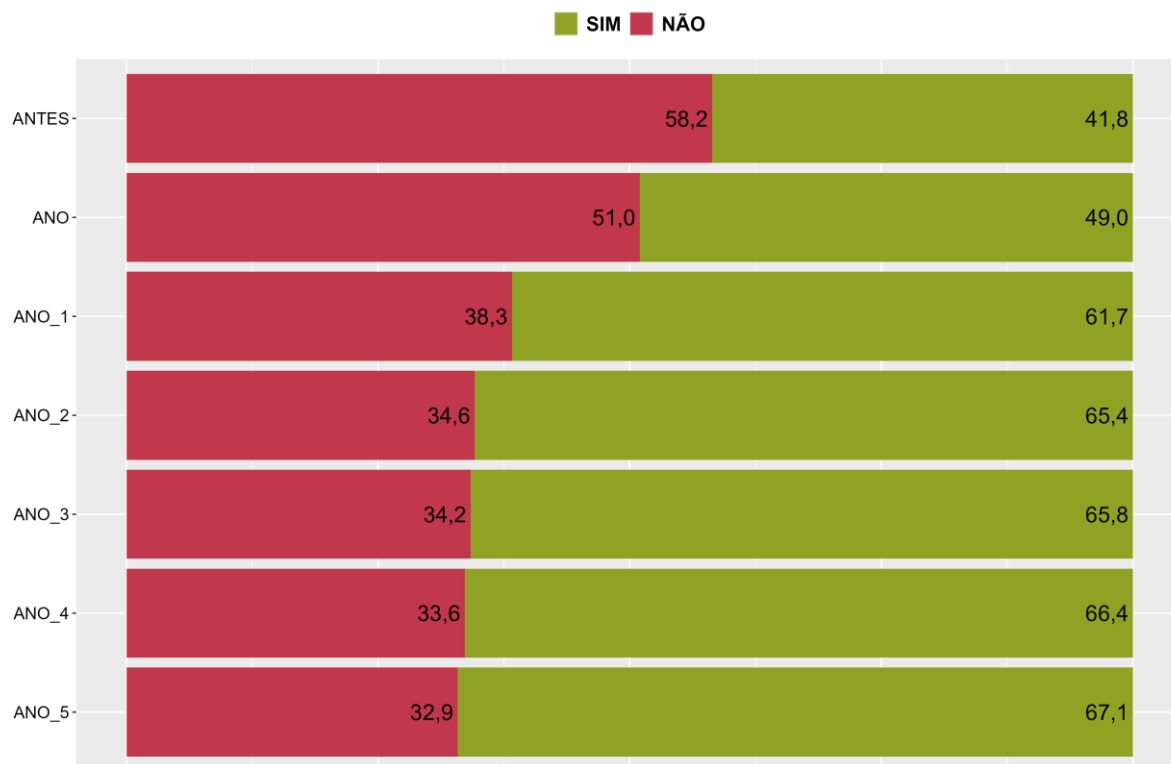
Nesta seção, são apresentados os resultados dos indicadores definidos e abordados na Tabela 1. As análises são expostas de forma generalizada, sem estratificação dos dados.

A Figura 1 apresenta a proporção de egressos dos cursos que estão no mercado de trabalho formal, independentemente do vínculo, para o ano anterior à formação, o ano de formação e os cinco anos posteriores, considerando os 39.112 alunos egressos. Observa-se que no ano anterior (58,2%) e no ano de formação (51%), a proporção de egressos fora do mercado de trabalho formal representa mais da metade dos casos.

A partir do primeiro ano após a formação, verifica-se aumento consistente da participação no emprego formal, passando de 61,7% no primeiro ano para 67,1% no quinto ano, mantendo-se acima de 60% nesse período. Conseqüentemente, há redução da proporção de egressos fora do mercado de trabalho formal ao longo dos anos. Ressalta-

se que os egressos classificados como fora do mercado de trabalho formal podem estar inseridos em outras formas de ocupação, como atividades autônomas e/ou pequenos empreendedores.

Figura 1 - Proporção da participação dos egressos no mercado de trabalho formal (antes, durante e após à formação)



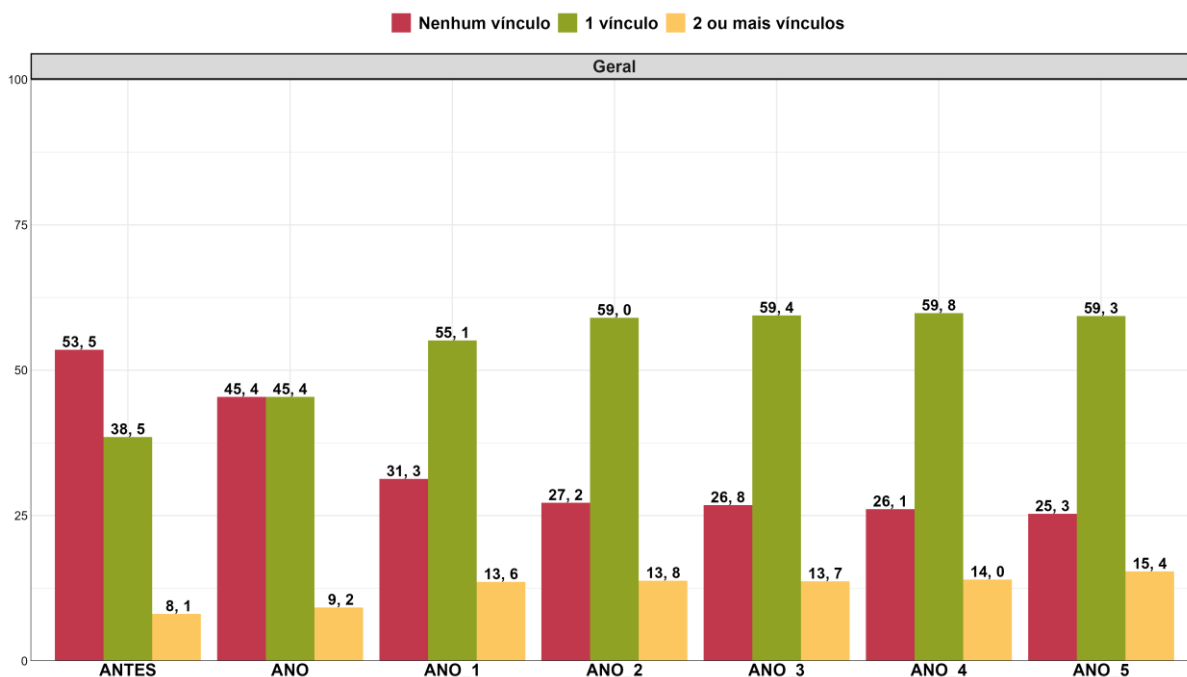
Fonte: RAIS (2013 a 2022).
Elaboração: Divisão de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas (DIAP/DEPLAN/SUPLAN/SPGG/RS, 2025)

Os próximos resultados foram obtidos considerando os 35.133 alunos egressos localizados na base de dados da RAIS.

O indicador que trata da proporção de vínculos dos egressos no mercado de trabalho é apresentado na Figura 2. Após a formação, observa-se um aumento gradual na proporção de egressos com um vínculo empregatício. Nos anos subsequentes, verifica-se relativa estabilidade, indicando a permanência dos egressos no mercado de trabalho, independentemente de o vínculo estar ativo ou não (o egresso pode ter finalizado o ano sem vínculo empregatício). Paralelamente, há redução consistente da proporção de egressos sem vínculo, que diminui ao longo do período analisado.

Esses resultados sugerem maior inserção e progressiva consolidação dos egressos no mercado de trabalho.

Figura 2 - Proporção de egressos por número de vínculos no mercado de trabalho



Fonte: RAIS (2013 a 2022).

Elaboração: Divisão de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas (DIAP/DEPLAN/SUPLAN/SPGG/RS, 2025)

Conforme consta na Tabela 7, o tempo no emprego formal aumenta ao longo dos anos, indicando que os alunos egressos permanecem empregados por períodos progressivamente maiores após a formação. Observa-se crescimento contínuo, passando de 126,67 dias antes da formação para 237,19 dias no quinto ano, o que sugere maior estabilidade e permanência no mercado de trabalho ao longo do tempo.

Tabela 7 - Tempo total de permanência no emprego formal dos egressos

Período	Antes	Ano da formação	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Tempo no emprego (dias)	126,7	143,0	193,8	217,9	223,4	229,3	237,2

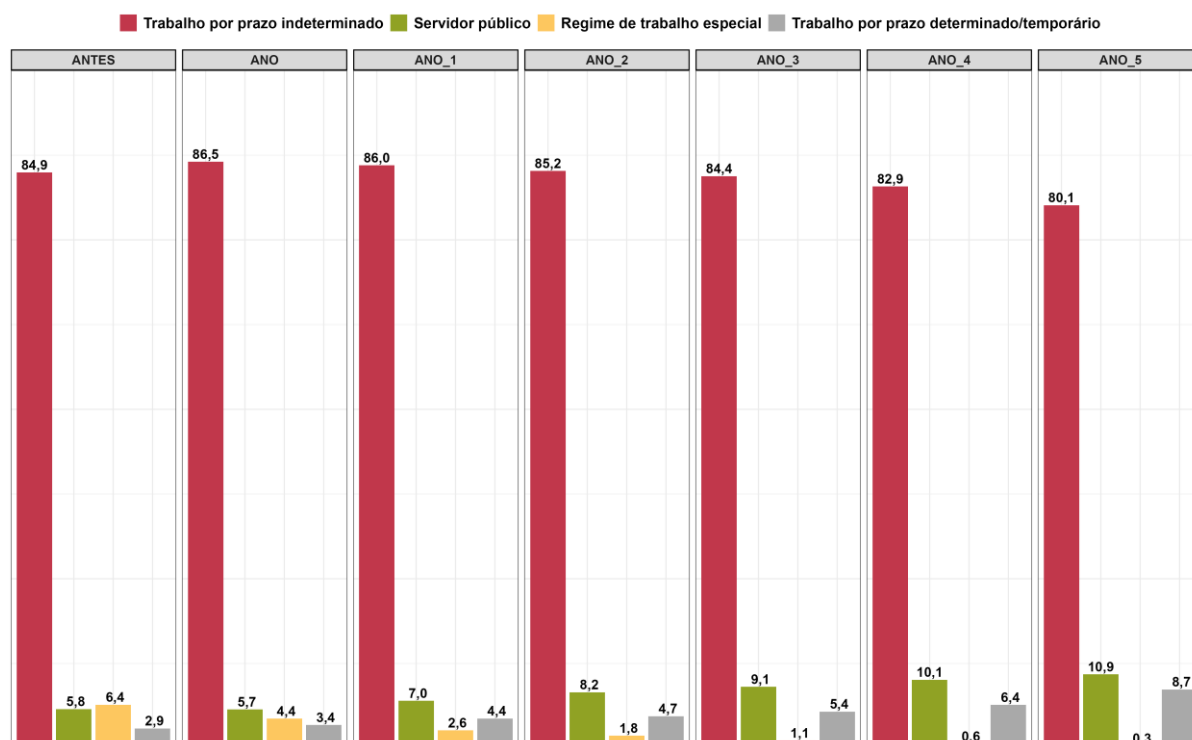
Fonte: RAIS (2013 a 2022).

Elaboração: Divisão de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas (DIAP/DEPLAN/SUPLAN/SPGG/RS, 2025)

Quando se analisa o indicador referente à relação contratual dos egressos (Figura 3), observa-se a predominância do trabalho por prazo indeterminado em todos os períodos analisados. Contudo, verifica-se redução gradual desse tipo de vínculo ao longo dos anos, passando de 86,5% no ano de ingresso para 80,1% no quinto ano após a formação. Em

contrapartida, observa-se aumento da participação de vínculos no setor público e de contratos por prazo determinado/temporários no período analisado. A redução da proporção de vínculos por prazo indeterminado no último ano pode estar associada às mudanças legislativas ocorridas naquele período.

Figura 3 - Proporção dos tipos de vínculos empregatícios dos egressos no período analisado



Fonte: RAIS (2013 a 2022).

Elaboração: Divisão de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas (DIAP/DEPLAN/SUPLAN/SPGG/RS, 2025)

A remuneração média dos egressos no mercado de trabalho formal apresenta crescimento gradual ao longo dos anos considerados para análise. Antes da formação, a remuneração média correspondia a 1,7 salário mínimo, alcançando 2,1 salários mínimos cinco anos após a conclusão do curso, o que representa aumento superior a 20%. A mediana da remuneração também apresentou aumento ao longo do período analisado. Os resultados sugerem associação entre a qualificação profissional e o aumento da remuneração dos trabalhadores egressos.

Tabela 8 - Remuneração média dos egressos no mercado de trabalho formal, em salários mínimos

Tempo	Média	Desvio Padrão	Mediana	Amplitude Interquartílica
Antes	1,7	1,1	1,5	0,8
Ano	1,7	1,0	1,5	0,7
Ano 1	1,8	1,0	1,5	0,7
Ano 2	1,8	1,0	1,6	0,7
Ano 3	1,8	1,0	1,6	0,8
Ano 4	1,9	1,1	1,6	0,8
Ano 5	2,1	2,1	1,7	1,0

Fonte: RAIS (2013 a 2022).

Elaboração: Divisão de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas (DIAP/DEPLAN/SUPLAN/SPGG/RS, 2025)

Por último, serão abordados os resultados dos indicadores referentes ao aumento da escolarização dos egressos após a formação e ao percentual de adequação entre o curso e a ocupação do egresso, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Para o indicador relacionado à evolução da escolarização dos egressos, identificou-se que 29% dos alunos tiveram um aumento no grau de instrução.

A relação dos cursos ofertados e suas respectivas ocupações na CBO foi analisada e proposta pela equipe da Suepro, com a finalidade de verificar se os egressos estavam inseridos profissionalmente na área de formação. Os resultados indicaram que 25,8% dos alunos atuavam em ocupações relacionadas ao curso realizado, o que corresponde a aproximadamente um em cada quatro egressos.

Resultados por Modalidade de Oferta

Nesta seção, as análises consideram as modalidades de oferta⁵ dos cursos frequentados pelos alunos egressos da Suepro. Os resultados são apresentados para cada um dos indicadores definidos anteriormente.

O indicador referente à proporção de egressos inseridos no mercado de trabalho formal, independentemente do tipo de vínculo empregatício, demonstra que o percentual de egressos fora do mercado de trabalho é superior na modalidade integrado em relação

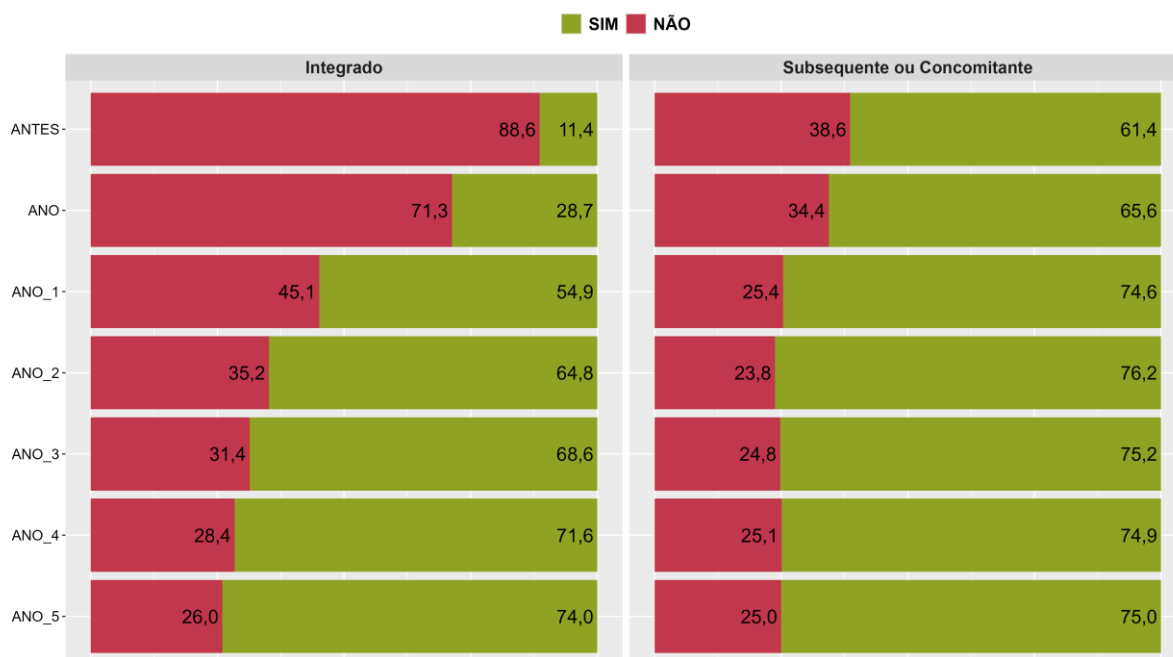
⁵ Neste relatório, utiliza-se a expressão “Modalidade de Oferta” como referência aos “Tipos de Oferta” definidos pelo Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC).

à modalidade subsequente ou concomitante, nos períodos anteriores e no ano de formação. Essa diferença pode ser entendida pelo perfil dos alunos atendidos em cada modalidade. A oferta integrada é composta por alunos que realizam simultaneamente a formação técnica e o ensino médio, o que contribui para uma menor inserção ocupacional durante o período de formação. Já a oferta subsequente concentra estudantes que concluíram a educação básica e tendem a apresentar maior participação no mercado de trabalho. Embora a oferta concomitante contemple estudantes que ainda cursam o ensino médio paralelamente à formação técnica, o sistema utilizado para a análise não permite sua identificação automática de forma desagregada, razão pela qual os dados referentes às ofertas subsequente e concomitante são apresentados de maneira conjunta.

Pela Figura 4, observa-se que, à medida que aumenta o tempo após a formação, a participação dos egressos da modalidade integrado no mercado de trabalho formal se aproxima daquela verificada na modalidade subsequente ou concomitante. Enquanto, no período anterior à formação, apenas 11,4% dos egressos da modalidade integrado estavam inseridos no mercado formal, no quinto ano após a conclusão do curso esse percentual alcança 74%, aproximando-se dos 75% observados na modalidade subsequente ou concomitante.

Os resultados indicam que os alunos que estão concluindo a educação básica associada à formação profissional e iniciando sua inserção profissional apresentam níveis de inserção no mercado formal semelhantes, ao longo do tempo, aos observados entre aqueles que já estavam empregados ou possuíam maior experiência profissional.

Figura 4 - Proporção da participação dos egressos no mercado de trabalho formal, segundo modalidade de ensino



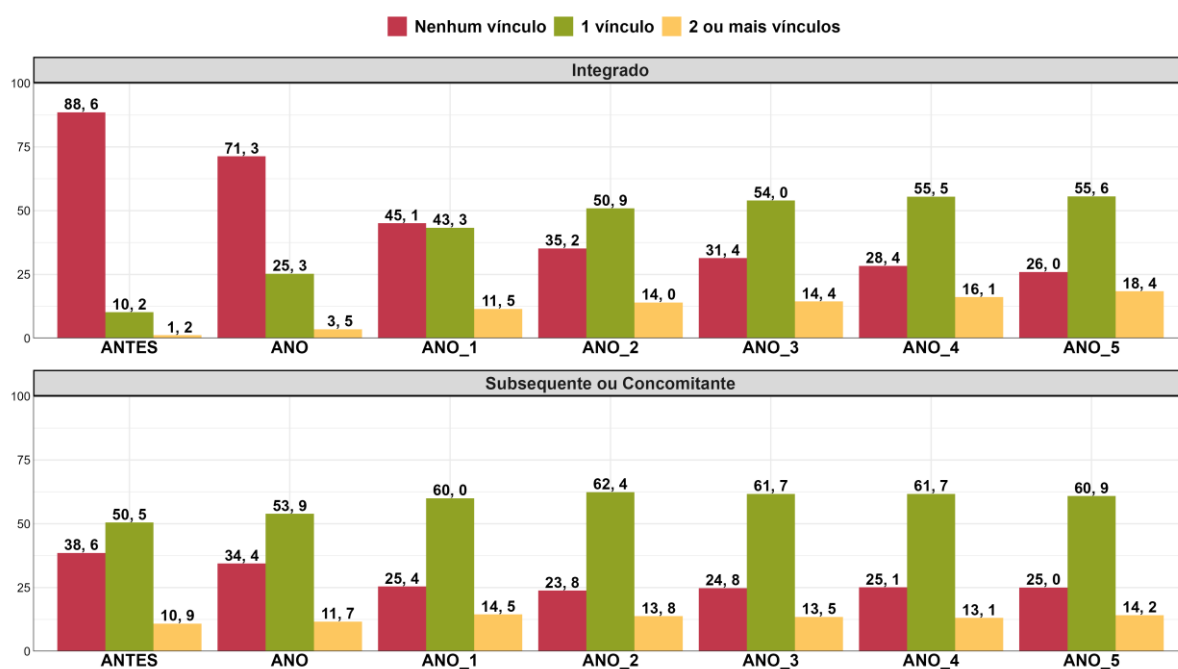
Fonte: RAIS (2013 a 2022).

Elaboração: Divisão de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas (DIAP/DEPLAN/SUPLAN/SPGG/RS, 2025)

Ao analisar a proporção de vínculos empregatícios no período estudado (Figura 5), observa-se redução da participação de alunos sem vínculo formal de trabalho ao longo do tempo. Em contrapartida, a participação dos egressos no mercado de trabalho com pelo menos um vínculo aumenta progressivamente, independentemente da modalidade de ensino.

Verifica-se ainda, que à medida que aumenta o tempo após a formação, a participação dos alunos da modalidade integrado se aproxima daquela observada na modalidade subsequente ou concomitante. Observa-se relativa estabilidade nas proporções da categoria “um vínculo” para ambas as modalidades nos anos posteriores à formação, o que pode indicar maior permanência dos egressos no emprego formal.

Figura 5 - Proporção de vínculos empregatícios dos egressos, segundo modalidade de ensino



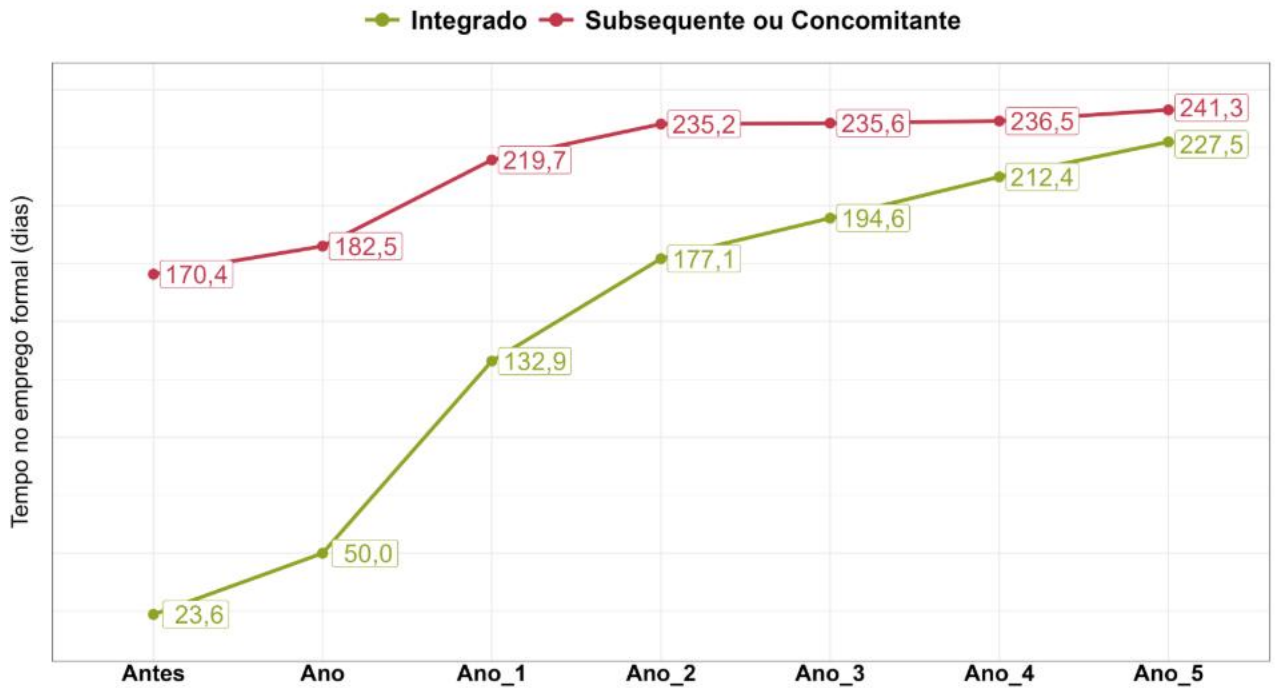
Fonte: RAIS (2013 a 2022).

Elaboração: Divisão de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas (DIAP/DEPLAN/SUPLAN/SPGG/RS, 2025)

O resultado apresentado na Figura 6 corrobora o resultado anterior que o tempo de permanência no emprego formal aumenta progressivamente entre os egressos identificados na RAIS, independentemente da modalidade de ensino. Observa-se que os egressos da modalidade subsequente ou concomitante apresentam maior tempo de permanência no emprego formal em comparação aos do integrado, diferença que pode estar associada à experiência profissional prévia desses alunos durante a realização do curso.

Destaca-se, contudo, o crescimento contínuo do tempo de permanência no emprego formal entre os alunos da modalidade integrado, indicando ampliação da inserção e da permanência dos egressos mais jovens no mercado de trabalho formal.

Figura 6 - Soma do tempo de permanência no emprego formal dos egressos, segundo modalidade de ensino

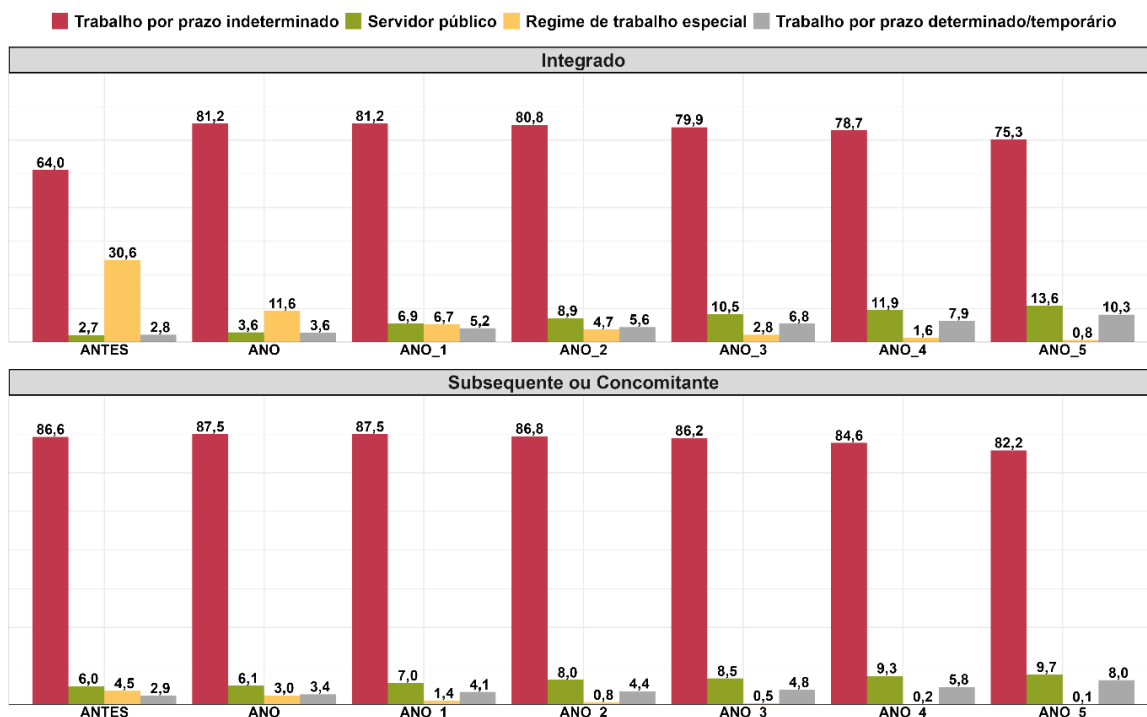


Fonte: RAIS (2013 a 2022).

Elaboração: Divisão de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas (DIAP/DEPLAN/SUPLAN/SPGG/RS, 2025)

A Figura 7 apresenta a distribuição dos tipos de relação contratual dos egressos segundo a modalidade de ensino. Entre os alunos empregados em cada período analisado, observa-se a predominância do trabalho por prazo indeterminado em ambas as modalidades. Destaca-se a participação de 30,6% da categoria regime de trabalho especial na modalidade integrado, resultado que pode estar associado ao programa Jovem Aprendiz, caracterizado pela oferta de primeira experiência profissional com registro em carteira de trabalho.

Figura 7 - Proporção dos tipos de vínculos empregatícios dos egressos, segundo modalidade de ensino



Fonte: RAIS (2013 a 2022).

Elaboração: Divisão de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas (DIAP/DEPLAN/SUPLAN/SPGG/RS, 2025)

O indicador referente à remuneração média (Tabela 9) mostra que há elevação progressiva dos rendimentos médios ao longo do tempo, não havendo muita variabilidade conforme o desvio padrão, quando analisado para cada modalidade. Entretanto, ao compararmos as médias, observa-se que, no ano de formação, os alunos egressos da modalidade subsequente ou concomitante recebem 44,7% a mais que os do integrado. Essa diferença salarial diminui a cada ano, sendo que, no último ano, é de 21,9%.

Tabela 9 - Remuneração média do trabalhador no período, em salários mínimos, segundo a modalidade de ensino

Tempo	Média	Desvio Padrão	Mediana	Amplitude Interquartílica
Integrado				
Antes	1,0	0,6	0,9	0,7
Ano	1,2	0,5	1,2	0,6
Ano 1	1,4	0,5	1,3	0,4
Ano 2	1,4	0,5	1,4	0,5
Ano 3	1,5	0,6	1,4	0,5
Ano 4	1,6	0,6	1,5	0,6
Ano 5	1,7	0,8	1,5	0,7
Subsequente ou Concomitante				
Antes	1,7	0,9	1,5	0,8
Ano	1,8	0,9	1,5	0,8
Ano 1	1,8	0,9	1,6	0,8
Ano 2	1,9	0,9	1,6	0,8
Ano 3	1,9	0,9	1,7	0,9
Ano 4	2,0	1,0	1,7	1,0
Ano 5	2,1	1,1	1,8	1,1

Fonte: RAIS (2013 a 2022).

Elaboração: Divisão de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas (DIAP/DEPLAN/SUPLAN/SPGG/RS, 2025)

Na sequência, são abordados os indicadores relacionados ao aumento da escolarização após a formação e da relação entre o curso realizado pelo egresso e a ocupação exercida, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

A evolução educacional entre todos os egressos foi de 29%, conforme apresentado na seção anterior. Quando a análise é realizada segundo a modalidade de ensino, verifica-se que a proporção de alunos que continuaram estudando entre os egressos da modalidade integrado foi de 39,2%, enquanto, entre os da modalidade subsequente ou concomitante, essa proporção foi 24,6%. A maior continuidade dos estudos entre os alunos da modalidade integrado pode estar relacionada à idade média desses estudantes, que é de 26 anos, enquanto os da modalidade subsequente ou concomitante, a média é de 36 anos.

Ao analisar a relação entre os cursos ofertados e as respectivas ocupações segundo a CBO, com a finalidade de verificar se os egressos atuam na área de formação, observou-se que, entre os alunos da modalidade integrado, esse percentual foi 34,4%, enquanto na modalidade subsequente ou concomitante, foi de 22,2%. Esse resultado pode estar refletindo as características dos estudantes da modalidade integrado, composta majoritariamente por jovens com menor experiência prévia no mercado de trabalho e que, após a formação, passam a atuar na área em que se qualificaram.

Resultados por Sexo e Raça/Cor

Com a finalidade de compreender a dinâmica de inserção dos egressos no mercado de trabalho segundo sexo e raça/cor, realizou-se a análise dos dados considerando esse recorte.

Analisando a participação dos egressos no mercado de trabalho, no ano de formação e nos cinco anos posteriores, observa-se que 83,7% tiveram acesso ao trabalho formal em pelo menos um dos períodos analisados. Ao estratificar os resultados por sexo e raça/cor, verifica-se que os homens pretos apresentaram o maior percentual de inserção no mercado de trabalho (91%). Entre as mulheres, as egressas de raça/cor parda e preta registraram os maiores percentuais, ambas com 87,7%, valor ligeiramente superior ao observado entre as mulheres brancas. Já entre os egressos de raça/cor branca, a participação feminina (87,3%) foi superior à masculina (86,6%).

A Tabela 10 apresenta as proporções de participação no emprego formal em cada período analisado. Observa-se aumento da inserção no mercado de trabalho para todos os grupos de raça/cor, independentemente do sexo. Antes da formação, as maiores proporções de participação no mercado formal foram observadas entre mulheres pretas (48,5%) e homens pretos (62,4%).

No primeiro ano após a formação, verifica-se aumento da participação no mercado de trabalho formal em todos os grupos analisados. Ao final do quinto ano após a formação, a maior parte dos grupos apresentava proporções superiores a 70%, com exceção das mulheres brancas (69,6%) e dos homens de raça/cor amarela (69,6%) e indígena (67,6%).

Tabela 10 - Proporção da participação dos egressos no mercado de trabalho formal, segundo sexo e raça/cor

Raça/Cor	Antes	Ano	Ano_1	Ano_2	Ano_3	Ano_4	Ano_5
Feminino							
Amarela	40,0	46,7	60,0	66,7	60,0	66,7	76,7
Branca	40,0	46,9	62,4	66,7	67,5	68,5	69,6
Indígena	15,3	27,8	43,1	50,0	47,2	61,1	70,8
Parda	40,4	46,2	62,3	66,6	68,5	70,1	72,1
Preta	48,5	51,9	67,0	69,3	68,2	70,0	70,3
Masculino							
Amarela	47,8	60,9	65,2	73,9	78,3	78,3	69,6
Branca	49,1	58,9	68,0	71,0	71,0	70,3	70,4
Indígena	52,9	58,8	70,6	61,8	73,5	70,6	67,6
Parda	53,0	60,1	68,4	71,6	71,9	74,2	75,8
Preta	62,4	65,2	73,1	75,3	73,4	73,6	73,9

Fonte: RAIS (2013 a 2022).

Elaboração: Divisão de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas (DIAP/DEPLAN/SUPLAN/SPGG/RS, 2025)

Para o indicador referente à proporção de vínculos empregatícios, a Tabela 11 apresenta os dados por raça/cor estratificado segundo o sexo e o período analisado. Nos anos posteriores à formação, observa-se aumento da proporção de egressos com um vínculo de emprego formal em todas as categorias de raça/cor, independentemente do sexo. Verifica-se, entretanto, que a inserção no mercado de trabalho formal entre os grupos de raça/cor amarela e indígena ocorre de forma mais gradual quando comparada às demais categorias, especialmente nos períodos iniciais após a formação.

Tabela 11 - Proporção de vínculos empregatícios dos egressos, segundo sexo e raça/cor

Tempo	Raça/Cor	Nenhum vínculo	Um vínculo	Dois ou mais vínculos	Nenhum vínculo	Um vínculo	Dois ou mais vínculos
		Feminino			Masculino		
Antes	Branca	57,3	35,2	7,5	47,2	44,3	8,5
	Preta	48,1	41,7	10,2	34,6	52,2	13,3
	Parda	56,8	35,3	7,9	43,4	46,5	10,0
	Amarela	57,1	32,1	10,7	52,2	43,5	4,3
	Indígena	83,3	13,6	3,0	41,9	25,8	32,3
Ano	Branca	49,9	41,7	8,4	36,6	52,6	10,7
	Preta	44,5	46,1	9,5	31,7	56,0	12,4
	Parda	50,6	41,8	7,6	35,8	53,5	10,7
	Amarela	50,0	39,3	10,7	39,1	39,1	21,7
	Indígena	69,7	27,3	3,0	35,5	41,9	22,6
Ano_1	Branca	33,3	53,7	13,0	26,9	58,6	14,4
	Preta	28,4	55,7	16,0	23,4	61,3	15,4
	Parda	33,4	52,2	14,4	26,9	56,2	16,9
	Amarela	35,7	32,1	32,2	34,8	52,2	13,0
	Indígena	53,0	39,4	7,5	22,6	38,7	38,7
Ano_2	Branca	28,7	57,6	13,7	23,6	62,1	14,2
	Preta	25,9	60,7	13,5	21,1	62,6	16,4
	Parda	28,8	55,6	15,5	23,5	62,2	14,4
	Amarela	28,6	50,0	21,5	26,1	47,8	26,0
	Indígena	45,5	48,5	6,1	32,3	48,4	19,3
Ano_3	Branca	27,9	58,5	13,5	23,7	62,1	14,2
	Preta	27,0	57,9	15,2	23,2	63,2	13,6
	Parda	26,8	57,6	15,7	23,2	65,1	11,6
	Amarela	35,7	50,0	14,2	21,7	73,9	4,3
	Indígena	48,5	43,9	7,6	19,4	61,3	19,3
Ano_4	Branca	26,8	59,0	14,2	24,4	61,8	13,9
	Preta	25,0	60,1	15,0	23,0	61,1	15,8
	Parda	25,2	59,1	15,7	20,8	64,3	15,0
	Amarela	28,6	57,1	14,3	21,7	65,2	13,0
	Indígena	33,3	54,5	12,1	22,6	61,3	16,2
Ano_5	Branca	25,6	58,4	16,0	24,3	61,3	14,4
	Preta	24,8	59,5	15,7	22,7	62,1	15,2
	Parda	23,0	59,5	17,5	19,1	63,4	17,5
	Amarela	17,9	71,4	10,7	30,4	65,2	4,3
	Indígena	22,7	59,1	18,2	25,8	51,6	22,6

Fonte: RAIS (2013 a 2022).

Elaboração: Divisão de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas (DIAP/DEPLAN/SUPLAN/SPGG/RS, 2025)

A soma do tempo no emprego formal aumenta após a formação para todos os grupos analisados, indicando maior permanência dos egressos no mercado de trabalho formal ao longo do tempo. Na Tabela 12, observa-se que as mulheres de raça/cor indígena apresentavam o menor tempo formal antes da formação (38 dias). Entretanto, nos anos posteriores à formação, verifica-se crescimento expressivo desse indicador, alcançando 223 dias no quinto ano após a conclusão do curso.

Ao comparar os grupos segundo sexo e raça/cor, observa-se que os homens, em geral, permanecem por mais tempo no emprego formal em comparação às mulheres ao longo de todo o período analisado. Entre eles, destacam-se os homens de raça/cor parda, que apresentaram o maior tempo de permanência no emprego formal no quinto ano após a formação (262 dias). Entre as mulheres, os maiores tempos de permanência foram observados entre as egressas de raça/cor amarela, que alcançaram 254 dias no quinto ano após a formação.

A Tabela do Apêndice C apresenta os valores referentes ao indicador que descreve os tipos de relação contratual dos egressos segundo sexo e raça/cor. Observa-se predominância do trabalho por prazo indeterminado entre os egressos. Contudo, os grupos de raça/cor indígena, independentemente do sexo, apresentam percentuais mais elevados de vínculos por prazo determinado/temporário, em torno de 30%.

Tabela 12 - Soma do tempo no emprego formal dos egressos, em dias, segundo sexo e raça/cor

Raça/cor	Antes	Ano	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Feminino							
Branca	110	126	185	211	217	225	235
Preta	136	146	200	222	227	231	239
Parda	110	119	180	212	221	229	238
Amarela	112	124	189	228	195	208	254
Indígena	38	51	108	125	135	182	223
Masculino							
Branca	155	175	213	233	239	240	244
Preta	184	192	222	237	231	234	241
Parda	168	178	217	237	242	252	262
Amarela	142	162	198	213	237	272	224
Indígena	117	129	183	194	184	176	194

Fonte: RAIS (2013 a 2022).

Elaboração: Divisão de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas (DIAP/DEPLAN/SUPLAN/SPGG/RS, 2025)

A remuneração média é apresentada na Tabela 13, estratificada por sexo e raça/cor. Os dados evidenciam diferenças salariais persistentes entre homens e mulheres

ao longo de todo o período analisado, mesmo após a formação. Em todos os grupos de raça/cor, as mulheres apresentam remuneração média inferior à observada entre os homens, diferença que permanece nos anos posteriores à conclusão do curso.

Cinco anos após a formação, as maiores remunerações médias entre as mulheres foram observadas entre as egressas de raça/cor branca, preta e parda (1,7 salário mínimo), valores ainda inferiores à menor remuneração média identificada entre os homens no mesmo período, observada entre os egressos indígenas (1,8 salário mínimo).

Observa-se, ainda, que a remuneração média tende a aumentar ao longo do período para todos os grupos analisados, indicando melhora dos rendimentos no mercado de trabalho formal após a formação profissional.

Tabela 13 - Remuneração média dos egressos, em salários mínimos, segundo sexo e raça/cor

Raça/cor	Antes	Ano	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Feminino							
Branca	1,4	1,5	1,5	1,6	1,6	1,6	1,7
Preta	1,4	1,4	1,5	1,6	1,6	1,6	1,7
Parda	1,4	1,4	1,5	1,5	1,5	1,6	1,7
Amarela	1,4	1,4	1,4	1,5	1,5	1,5	1,5
Indígena	1,3	1,3	1,5	1,5	1,5	1,5	1,6
Masculino							
Branca	2,1	2,1	2,1	2,1	2,2	2,3	2,4
Preta	2,0	2,1	2,0	2,0	2,1	2,1	2,2
Parda	2,1	2,1	2,1	2,2	2,2	2,2	2,3
Amarela	2,7	2,5	2,5	2,6	2,8	3,0	3,1
Indígena	1,5	2,1	1,9	1,9	1,9	1,8	1,8

Fonte: RAIS (2013 a 2022).

Elaboração: Divisão de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas (DIAP/DEPLAN/SUPLAN/SPGG/RS, 2025)

O indicador referente à melhora na escolarização dos egressos, quando analisado segundo sexo e raça/cor, demonstra que as mulheres apresentam maior continuidade nos estudos (32,3%) em comparação aos homens (22,7%). No grupo feminino, os maiores percentuais foram observados entre as egressas de raça/cor indígena (33,3%) e branca

(33,2%). Já no grupo masculino, os maiores percentuais de continuidade dos estudos foram entre os de raça/cor indígena (25,8%) e branca (23,1%).

A análise da relação entre a área de formação e a atuação no mercado de trabalho, quando realizada segundo sexo, mostra que 29,3% das mulheres atuam na área de formação, enquanto, entre os homens, esse percentual é de 19,4%. Entre as mulheres, destacam-se as egressas de raça/cor amarela, para as quais 40% atuavam na área de formação. Já entre os homens, o maior percentual foi observado entre os egressos indígenas (27,6%), enquanto os homens de raça/cor amarela apresentaram o menor percentual de atuação na área de formação (4,5%).

Tabela 14 - Percentual de egressos com melhora da escolarização e percentual da relação do curso com a CBO do vínculo empregatício, segundo sexo e raça/cor

Raça/Cor	Evolução na escolarização (%)		Relação dos cursos com CBO (%)	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Branca	33,2	23,1	29,4	19,8
Preta	27,0	22,7	27,6	15,8
Parda	29,5	19,8	30,7	18,0
Amarela	28,6	21,7	40,0	4,5
Indígena	33,3	25,8	32,2	27,6

Fonte: RAIS (2013 a 2022).

Elaboração: Divisão de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas (DIAP/DEPLAN/SUPLAN/SPGG/RS, 2025)

Quando analisada a relação dos cursos ofertados com a respectiva CBO, com a finalidade de verificar se o egresso atua na área de formação, considerando a modalidade de ensino, observou-se que, entre os alunos da modalidade integrado, esse percentual foi de 34,4%, enquanto, na modalidade subsequente ou concomitante, foi de 22,2%. Esse resultado pode refletir as características dos alunos que compõem a modalidade integrado, formada, em geral, por jovens sem experiência prévia no mercado de trabalho e que, após a formação, passam a atuar na área em que se qualificaram.

Considerações Finais

O presente relatório analisou a trajetória no mercado de trabalho formal dos egressos da Educação Profissional da rede estadual gaúcha. Foram considerados indicadores relacionados à inserção ocupacional, remuneração, evolução do grau de instrução, atuação na área de formação e características dos vínculos empregatícios, com desagregação por modalidade de oferta, sexo e raça/cor. A análise se concentrou nos estudantes do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio e do Ensino Técnico Subsequente ou Concomitante que concluíram seus cursos entre 2013 e 2017. O perfil dos egressos revela predominância de mulheres e de estudantes de raça/cor branca, além de média de idade de 33 anos, evidenciando uma composição demográfica mais concentrada e menos diversa.

De forma geral, os resultados evidenciam que a formação técnica pode estar associada à ampliação da participação dos egressos no mercado de trabalho formal. Observou-se aumento progressivo da inserção ocupacional nos anos posteriores à conclusão do curso, bem como do tempo de permanência no emprego e da remuneração média. Os indicadores também sugerem que a qualificação profissional pode contribuir para fortalecer os vínculos dos egressos com o mercado formal de trabalho, assim como a conclusão do curso parece ampliar o acesso ao emprego formal já no ano de formação, mantendo-se nos anos posteriores.

No decorrer da análise, foram identificadas diferenças importantes, conforme as estratificações aplicadas. Os alunos da modalidade integrado, por exemplo, apresentaram crescimento mais intenso da inserção no mercado de trabalho, aproximando-se, nos anos posteriores à formação, dos resultados observados para os egressos da modalidade subsequente ou concomitante, o que pode evidenciar o relevante papel da educação profissional integrada ao ensino médio na transição dos jovens para o mundo do trabalho.

Em uma análise geral, observou-se que mulheres e homens pretos apresentavam maior tempo no emprego e maior proporção de vínculos formais já no início do período analisado, o que pode estar relacionado à inserção mais precoce desses grupos no mercado de trabalho. Nos anos posteriores à formação, os demais grupos passaram a apresentar níveis mais próximos de participação no emprego formal. Também se observou crescimento mais intenso da inserção ocupacional entre

as mulheres, aproximando-se dos níveis observados entre os homens ao longo do período analisado.

No que se refere à remuneração, verificou-se elevação gradual da remuneração média dos egressos após a formação em praticamente todos os segmentos analisados. Contudo, permanecem diferenças salariais relevantes entre homens e mulheres, assim como entre os diferentes grupos raciais. As diferenças salariais revelam desigualdades de gênero e raça, uma vez que mulheres e homens pretos e pardos recebem menos que seus pares brancos. As mulheres aparecem em maior desvantagem, especialmente porque, após a formação, os homens apresentam remuneração superior à delas, independentemente da raça/cor, indicando a permanência de desigualdades estruturais no mercado de trabalho. Apesar disso, observou-se redução das diferenças salariais após a formação.

A continuidade dos estudos após a formação também se destacou nos resultados. As mulheres apresentaram percentuais mais elevados de evolução da escolarização em comparação aos homens, especialmente entre as egressas indígenas e brancas. Apesar desse avanço, elas seguem recebendo menos, evidenciando a permanência das desigualdades salariais de gênero e raça. Além disso, a análise da relação entre a formação realizada e a ocupação exercida indicou que parte importante dos egressos atua na área em que se qualificou, com destaque para os alunos da modalidade integrado e para as mulheres. Observou-se ainda menor relação entre formação e ocupação entre os homens, quando comparados às mulheres.

Também se verificou predominância dos vínculos de trabalho por prazo indeterminado, indicando maior estabilidade ocupacional entre os egressos inseridos no mercado formal. O serviço público representou parcela menor dos vínculos, embora tenha apresentado crescimento ao longo do período analisado.

Os resultados encontrados reforçam a importância da educação profissional técnica como instrumento de inclusão produtiva, ampliação de oportunidades e fortalecimento das trajetórias educacionais e profissionais. Ao mesmo tempo, evidenciam a necessidade de atenção às desigualdades identificadas entre grupos populacionais, contribuindo para o aperfeiçoamento de estratégias voltadas à permanência, empregabilidade e inserção qualificada dos egressos.

Por fim, compreende-se que os indicadores produzidos neste estudo oferecem subsídios relevantes para o planejamento, monitoramento e avaliação das políticas

públicas de educação profissional no âmbito da SUEPRO, bem como para o seu aprimoramento. As informações geradas podem ser utilizadas estrategicamente para subsidiar a revisão, substituição e expansão da oferta de cursos técnicos; alinhar a oferta às demandas regionais e ao perfil econômico dos territórios; identificar desigualdades territoriais na inserção dos egressos; apoiar a definição de metas e estratégias diferenciadas por território; fortalecer a articulação com empresas e arranjos produtivos locais e promover a integração com políticas de educação superior e itinerários formativos.

Referências

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 26 fev. 2026.

ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO. **O futuro do mundo do trabalho para as juventudes brasileiras**. São Paulo: Itaú Educação e Trabalho, 2023.

LORENZET, Deloíze; ANDREOLLA, Felipe; PALUDO, Conceição. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT). **Trabalho & Educação**, [S.L.], v. 29, n. 2, p. 15-28, 4 set. 2020. Universidade Federal de Minas Gerais - Pró-reitora de Pesquisa.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 16.089, de 10 de janeiro de 2024**. Institui a Política Estadual de Educação Profissional e Técnica do Estado do Rio Grande do Sul e altera a Lei nº 11.123, de 27 de janeiro de 1998, que dispõe sobre a Educação Profissional e cria a Superintendência da Educação Profissional do Estado do Rio Grande do Sul - SUEPRO/RS e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 10 jan. 2024.

VAHDAT, Vahíd Shaikhzadeh, et al. **Inclusão Produtiva no Brasil: evidências para impulsionar oportunidades de trabalho e renda**. São Paulo: Instituto Veredas, 2019. 198 p. Disponível em: <https://arymax.org.br/conhecimento/inclusaoprodutivanobrasil/>. Acesso em: 12 jan. 2026.

Apêndices

APÊNDICE A - Agrupamento das categorias de vínculos empregatícios da RAIS nas categorias analíticas do estudo

Código	Categorias da RAIS	Categorias Agrupadas
10	Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela CLT, por prazo indeterminado.	Trabalho por prazo indeterminado
15	Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa física por contrato de trabalho regido pela CLT, por prazo indeterminado.	
20	Trabalhador rural vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Lei nr. 5.889/73, por prazo indeterminado.	
25	Trabalhador rural vinculado a empregador pessoa física por contrato de trabalho regido pela Lei nr. 5.889/73, por prazo indeterminado.	
30	Servidor regido pelo Regime Jurídico Único (federal, estadual e municipal) e militar, vinculado a Regime Próprio de Previdência	Servidor público
31	Servidor regido pelo regime Jurídico Único (federal, estadual e municipal) e militar, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social	
35	Servidor público não-efetivo (demissível ad nutum ou admitido por legislação especial, não regido pela CLT).	
40	Trabalhador avulso (trabalho administrado pelo sindicato da categoria ou pelo órgão gestor de mão de obra) para o qual é devido depósito de FGTS - CF 88, art. 7, inciso III.	Regime de trabalho especial
55	Aprendiz contratado nos termos do art. 428 da CLT, regulamentado pelo Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005	
80	Diretor sem vínculo empregatício para o qual a empresa/entidade tenha optado por recolhimento ao FGTS ou Dirigente Sindical.	
50	Trabalhador temporário, regido pela Lei nr. 6.019, de 3 de janeiro de 1974.	Trabalho por prazo determinado/temporário
60	Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela CLT, por tempo determinado ou obra certa.	
65	Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa física por contrato de trabalho regido pela CLT, por tempo determinado ou obra certa.	
70	Trabalhador rural regido pela CLT vinculado a pessoa jurídica por t...	
75	Trabalhador rural regido pela CLT vinculado a pessoa física por tem...	
90	Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, regido pela Lei nr. 9.601, de 21 de janeiro de 1998.	
95	Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, regido pela Lei nr. 8.745, de 9 de dezembro de 1993, com a redação dada pela Lei nr. 9.849, de 26 de outubro de 1999.	
96	Contrato de trabalho por tempo determinado, regido por Lei Estadual	
97	Contrato de trabalho por tempo determinado, regido por Lei Municipal	

APÊNDICE B – Distribuição percentual dos cursos por eixo tecnológico, segundo modalidade de ensino*

Curso	Integrado (%)	Subsequente ou Concomitante (%)
Eixo: Ambiente e Saúde		
Técnico Administração	-	0,1
Técnico Análises Clínicas	-	5,1
Técnico Enfermagem	-	31,7
Técnico Gerência em Saúde	-	4,8
Técnico Meio Ambiente	100,0	15,4
Técnico Nutrição e Dietética	-	26,2
Técnico Patologia Clínica	-	0,3
Técnico Prótese Dentária	-	7,5
Técnico Radiologia	-	6,9
Técnico Saúde Bucal	-	2,0
Eixo: Controle e Processos Industriais		
Técnico Eletroeletrônica	-	3,4
Técnico Eletromecânica	10,4	5,4
Técnico Eletrônica	11,5	17,3
Técnico Eletrotécnica	59,0	34,3
Técnico Informática	-	0,3
Técnico Mecânica	19,1	33,8
Técnico Metalurgia	-	0,8
Técnico Química	-	4,8
Eixo: Desenvolvimento Educacional e Social		
Normal com Aproveitamento de Estudos	-	48,9
Técnico Tradutor Intérprete	-	51,1
Eixo: Gestão e Negócios		
Técnico Administração	58,9	40,3
Técnico Comércio	-	2,6
Técnico Contabilidade	39,4	47,7
Técnico Gestão Administrativa	-	0,1
Técnico Gestão de Negócios	-	0,1
Técnico Gestão Empresarial	-	0,2
Técnico Logística	1,8	2,1
Técnico Recursos Humanos	-	0,7
Técnico Secretariado	-	5,8
Técnico Transações Imobiliárias	-	0,2
Técnico Vendas	-	0,1
Eixo: Informação e Comunicação		
Técnico Desenvolvimento de Software	-	2,2
Técnico Gerência de Redes de Computadores	-	0,7
Técnico Informática	96,7	80,4

Técnico Manutenção e Suporte em Informática	3,3	11,7
Técnico Redes de Computadores	-	3,6
Técnico Sistemas de Informação	-	1,5
Eixo: Infraestrutura		
Técnico Edificações	100,0	85,3
Técnico Estradas	-	14,7
Eixo: Normal		
Normal com Aproveitamento de Estudos	-	100,0
Normal em Nível Médio	100,0	-
Eixo: Produção Alimentícia		
Técnico Agroindústria	-	67,6
Técnico Confeitaria	-	24,3
Técnico Panificação	-	8,1
Eixo: Produção Cultural e Design		
Técnico Design	100,0	20,4
Técnico Publicidade	-	79,6
Eixo: Produção Industrial		
Técnico Celulose e Papel	-	95,9
Técnico Móveis	75,2	3,6
Técnico Química	24,8	0,6
Eixo: Recursos Naturais		
Técnico Agricultura	8,0	8,3
Técnico Agroindústria	1,3	-
Técnico Agronegócio	2,0	3,3
Técnico Agropecuária	82,1	82,1
Técnico Florestal	-	2,1
Técnico Florestas	1,5	-
Técnico Pecuária	-	2,6
Técnico Zootecnia	5,1	1,6
Eixo: Segurança		
Técnico Segurança do Trabalho	-	100,0
Eixo: Turismo, Hospitalidade e Lazer		
Técnico Guia de Turismo	-	4,6
Técnico Hospedagem	-	47,7
Técnico Turismo e Eventos	-	47,7

* Os percentuais dos cursos somam 100% dentro de cada eixo tecnológico e modalidade de ensino.

APÊNDICE C - Proporção dos tipos de vínculos empregatícios no período, segundo sexo e raça/cor*

Tempo	Raça/Cor	Trabalho por prazo indeterminado	Servidor público	Regime de trabalho especial	Trabalho por prazo determinado/temporário
Feminino					
Antes	Branca	84,7	6,3	6,1	3,0
	Preta	81,3	7,4	5,7	5,6
	Parda	80,9	6,1	6,5	6,5
	Amarela	84,6	0,0	0,0	15,4
	Indígena	54,5	0,0	0,0	45,5
Ano	Branca	85,4	6,4	4,6	3,5
	Preta	82,9	7,7	4,4	5,0
	Parda	84,3	6,2	4,3	5,2
	Amarela	86,7	0,0	0,0	13,3
	Indígena	55,0	5,0	0,0	40,0
Ano 1	Branca	84,4	8,3	2,8	4,5
	Preta	82,9	8,0	3,5	5,6
	Parda	82,1	8,9	3,3	5,8
	Amarela	84,2	10,5	0,0	5,3
	Indígena	56,3	15,6	0,0	28,1
Ano 2	Branca	82,8	10,1	2,0	5,1
	Preta	82,9	8,7	2,0	6,4
	Parda	82,2	9,8	2,3	5,7
	Amarela	85,7	14,3	0,0	0,0
	Indígena	52,6	15,8	0,0	31,6
Ano 3	Branca	81,9	11,2	1,2	5,8
	Preta	82,3	9,1	1,3	7,3
	Parda	81,4	10,6	1,1	7,0
	Amarela	88,9	11,1	0,0	0,0
	Indígena	50,0	17,6	0,0	32,4
Ano 4	Branca	80,2	12,5	0,6	6,7
	Preta	80,3	11,1	0,6	8,0
	Parda	80,1	11,1	0,8	8,1
	Amarela	90,0	10,0	0,0	0,0
	Indígena	55,1	8,2	2,0	34,7
Ano 5	Branca	76,6	13,6	0,3	9,4
	Preta	77,3	12,0	0,3	10,3
	Parda	77,2	11,4	0,4	11,0
	Amarela	87,5	8,3	0,0	4,2
	Indígena	55,0	8,3	1,7	35,0

Masculino					
Antes	Branca	86,9	4,3	7,0	1,8
	Preta	86,8	4,0	5,9	3,3
	Parda	86,4	4,1	6,3	3,2
	Amarela	90,9	0,0	0,0	9,1
	Indígena	72,0	8,0	0,0	20,0
Ano	Branca	89,2	4,0	4,1	2,7
	Preta	90,7	3,4	2,7	3,2
	Parda	87,9	4,9	3,8	3,4
	Amarela	93,3	0,0	6,7	0,0
	Indígena	60,7	10,7	0,0	28,6
Ano 1	Branca	90,0	4,2	2,2	3,6
	Preta	90,3	3,2	2,2	4,2
	Parda	86,6	5,3	2,6	5,5
	Amarela	100,0	0,0	0,0	0,0
	Indígena	67,7	3,2	0,0	29,0
Ano 2	Branca	90,4	4,5	1,6	3,6
	Preta	88,4	3,5	2,5	5,6
	Parda	89,3	5,0	1,2	4,4
	Amarela	94,4	0,0	0,0	5,6
	Indígena	59,3	7,4	0,0	33,3
Ano 3	Branca	89,8	5,0	1,0	4,2
	Preta	89,2	3,2	1,8	5,8
	Parda	90,2	5,5	0,4	3,9
	Amarela	94,4	0,0	5,6	0,0
	Indígena	62,1	6,9	0,0	31,0
Ano 4	Branca	88,6	5,6	0,6	5,2
	Preta	86,9	4,3	1,4	7,4
	Parda	88,7	5,5	0,5	5,3
	Amarela	84,2	5,3	5,3	5,3
	Indígena	66,7	3,7	0,0	29,6
Ano 5	Branca	87,2	5,9	0,3	6,7
	Preta	86,9	5,1	0,4	7,6
	Parda	86,6	5,6	0,5	7,3
	Amarela	87,5	0,0	6,3	6,3
	Indígena	62,1	3,4	0,0	34,5

* Os percentuais somam 100% para cada grupo de sexo, raça/cor e período analisado.